

Projeto de Extensão Comunitária: reflexões sobre a inclusão digital e social dos adolescentes. Tatiane Granatto Lopes, Dra. Prof. Tamara B.L. Goldberg, Rivânia M. Paniguel Cardoso, Solange Sebastiana Moraes, Luiz Aurélio Pagani – Serviço Social - Departamento de Pediatria – Faculdade Medicina de Botucatu – Hospital das Clínicas/ UNESP Botucatu.

INTRODUÇÃO: O projeto de inclusão digital e social teve início em 2003, voltado aos adolescentes atendidos pelo Ambulatório de Medicina do Adolescente e aos jovens que realizavam serviços no mercado informal, nas dependências do Hospital das Clínicas. O mesmo oferece simultaneamente curso de informática e abordagem grupal, coordenado por equipe multidisciplinar e desenvolvido pela aprimorada de Serviço Social. **OBJETIVOS:** Conhecer a situação de trabalho atual dos adolescentes que participaram das três primeiras turmas do projeto de inclusão digital e social. **MÉTODOS:** Para a construção do estudo buscou-se percorrer as leis oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e análise de documentos, além de contatos telefônicos com os adolescentes atendidos. **RESULTADOS:** Verifica-se que 44 adolescentes já foram beneficiados pelo curso de informática, sendo 68% procedentes do Distrito de Rubião Júnior. Consta-se que 33 adolescentes concluíram o curso e destes, 31 estão em condição de serem aprendizes e de realizarem trabalhos de maneira protegida. Entre os que trabalham verifica-se que 09 adolescentes estão no mercado formal exercendo funções como ajudante geral em comércio, vendedor em lojas, livrarias e jornal e 03 estão no mercado informal. Portanto, considera-se positivas as intervenções realizadas neste segmento uma vez que os adolescentes estão contribuindo para a produção de bens e serviços, estando inseridos nos setores formais da economia. Nota-se também que as ações e intervenções do projeto estão contribuindo valiosamente com a comunidade local, mas ainda é preciso que vários autores sociais e comunitários estejam envolvidos nesta causa.

Bolsa: FUNDAP

Projeto de Extensão Comunitária: reflexões sobre a inclusão digital e social dos adolescentes. Tatiane Granatto Lopes, Tamara B.L. Goldberg, Rivânia M. Paniguel Cardoso, Solange Sebastiana Moraes, Luiz Aurélio Pagani – Serviço Social - Departamento de Pediatria – Faculdade Medicina de Botucatu – Hospital das Clínicas/ UNESP Botucatu.



Introdução

Os adolescentes experimentam vários tipos de maturação, incluindo a **cognitiva**, expressa pelo desenvolvimento do pensamento operacional formal, a **psicossocial**, caracterizada pela definição da própria identidade, busca de autonomia, questionamento dos padrões familiares e interação grupal, e a **biológica**.

Assim, devido à extensão das modificações morfológicas, fisiológicas, psicológicas e sociais intensas e complexas, esse é um dos períodos mais desafiadores do desenvolvimento humano. A Organização Mundial da Saúde considera como adolescentes os indivíduos representados na faixa etária entre 10 e 19 anos (World Health Organization, 1995).

Na atualidade a temática adolescência é foco de inúmeros estudos e pesquisas, pelo interesse na compreensão de suas características, bem como, pela importância social deste segmento populacional e das perspectivas de renovação de uma população.

Neste contexto, percebeu-se a necessidade e a importância de proporcionar aos adolescentes provenientes dos Municípios que compõem a DIR XI de Botucatu, um espaço no qual tivessem a oportunidade de se introduzir ao conceito de qualidade de vida e de se perceber como cidadãos, à medida que obtivessem orientações sobre diversos tópicos que envolvem este período de transformações físicas, psicológicas e sociais, tornando-se protagonistas da trajetória de suas vidas

Em 2003, foi implantado um projeto de inclusão digital e social, voltado aos adolescentes atendidos pelo Ambulatório de Medicina do Adolescente e aos jovens que realizavam serviços no mercado informal, nas dependências do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - UNESP

Motivados pelos aspectos apontados, os autores propõem apresentar um relato que descreve o caminho percorrido pelos adolescentes egressos do projeto de Inclusão Digital e Social do HC/ Unesp, onde buscou-se visualizar como se encontram os adolescentes participantes, bem como compreender como os mesmos estabelecem suas relações com o mercado de trabalho, pautado na legislação brasileira de proteção integral à criança e ao adolescente.

Histórico e caracterização do projeto

O Projeto de Inclusão Digital e Social oferece simultaneamente curso de informática e abordagem grupal, coordenado por equipe multidisciplinar e desenvolvido pela aprimorada de Serviço Social do Programa "Atenção Integral à Saúde da Criança e do Adolescente", contemplado com bolsa da Fundap-PAP.

A atuação do Serviço Social deu início às ações do projeto, realizando atendimento grupal com os adolescentes, com o objetivo de fornecer orientações sobre sexualidade, desenvolvimento social e conceitos de cidadania como estratégia de prevenção e proteção à vulnerabilidade, própria desta fase da vida.

A equipe multidisciplinar é composta por técnicos de informática, médicos, psicólogas, assistentes sociais e a aprimorada do programa da Fundap.

O profissional de serviço social é responsável pela coordenação do projeto, bem como pela supervisão da aprimoranda, que desenvolve as ações citadas a seguir:

- Preenchimento de fichas cadastrais para futura inclusão ao projeto (entrevista com adolescente e seu responsável);
- Orientação sobre os critérios de admissão, permanência e conclusão do projeto;
- Atendimento individual e acompanhamento social aos participantes e seus familiares;
- Atendimento grupal com os adolescentes participantes;
- Discussão dos casos com a equipe multidisciplinar;
- Visitas domiciliares quando se fizer necessário.

Metodologia

Para a construção do estudo buscou-se percorrer as leis oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Código Civil, a análise de documentos, além de contatos telefônicos com os adolescentes atendidos.

Tendo em vista o binômio em estudo, adolescência – trabalho, descreve-se sucintamente alguns aspectos teóricos/ legais que subsidiarão o relato.

O Estatuto da Criança e do Adolescente determina ser adolescente aquele na faixa etária entre 12 a 18 anos completos. Recentemente, o código civil diminuiu a idade da maioridade civil, de 21 anos para 18 anos de idade.

Em relação à condição para trabalhar, considera-se que aqueles menores de 16 anos não podem exercer nenhuma atividade, a não ser, na condição de aprendiz. O ECA descreve que o menor aprendiz deve exercer funções no trabalho sob o enfoque educativo, denominando-se como iniciação profissional. Esta iniciação está voltada para o desenvolvimento do adolescente, onde a educação (aprendizagem) deverá estar acima do trabalho; o adolescente entre 16 e 18 anos é considerado na condição de trabalho protegido, podendo ser capacitado profissionalmente, através de cursos e formação técnico profissional com equipamentos, ferramentas, materiais de consumo específico à área de trabalho.

Portanto, entende-se por adolescentes economicamente ativos “meninos e meninas com idade até 18 anos que contribuam para a produção de bens ou serviços, incluindo atividades não remuneradas, para o sustento próprio e/ o de seus familiares, qualquer que seja a forma de inserção no mercado de trabalho, nos setores formais e informais da economia”.

Resultados

No mês de setembro de 2006, através de levantamento das fichas do projeto, constatou-se que 4 turmas já haviam sido beneficiadas pelo projeto, perfazendo um total de 59 participantes.

Vale salientar que a pesquisa teve como público alvo, somente as 3 primeiras turmas, uma vez que a 4ª turma formou-se no mês de agosto de 2006, quando não haveria tempo hábil para verificar sua inserção no mercado de trabalho, em virtude do pequeno espaço de tempo entre a conclusão das atividades do projeto e uma possível inserção.

Gráfico 1 – Distribuição dos adolescentes segundo gênero e situação frente a terminalidade do projeto, 2006.

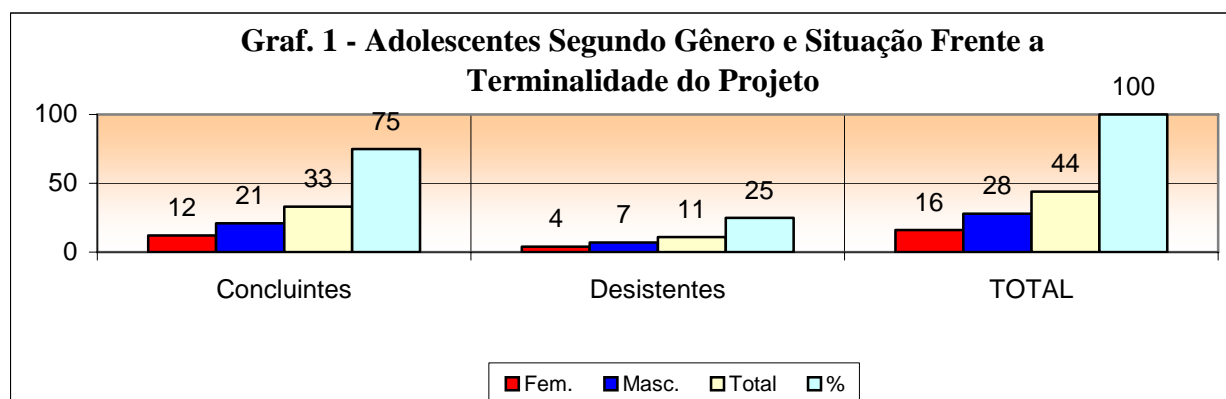


Gráfico 2 – Procedência dos adolescentes beneficiados, 2006.

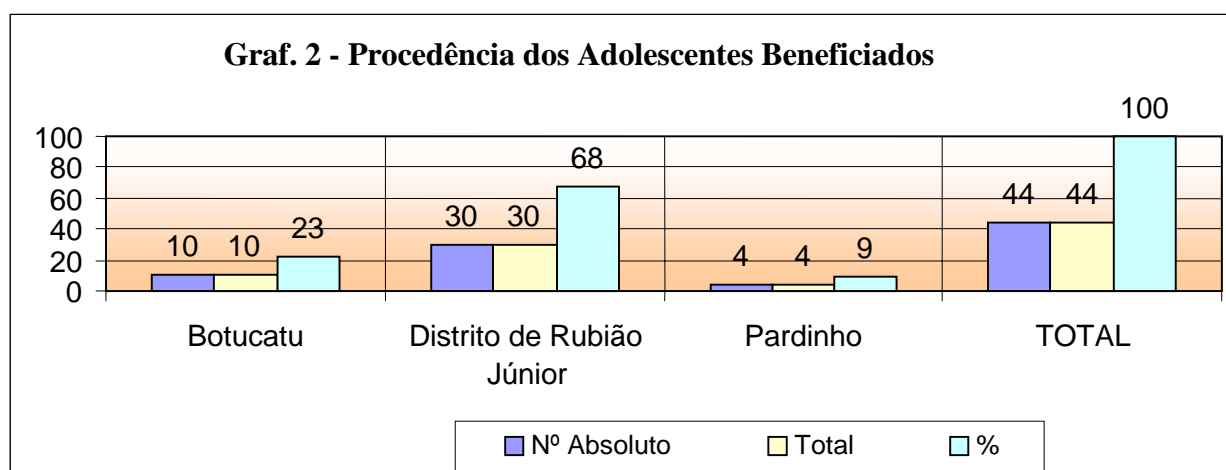


Gráfico 3 – Percentual de adolescentes concluintes que trabalham ou não trabalham, 2006.

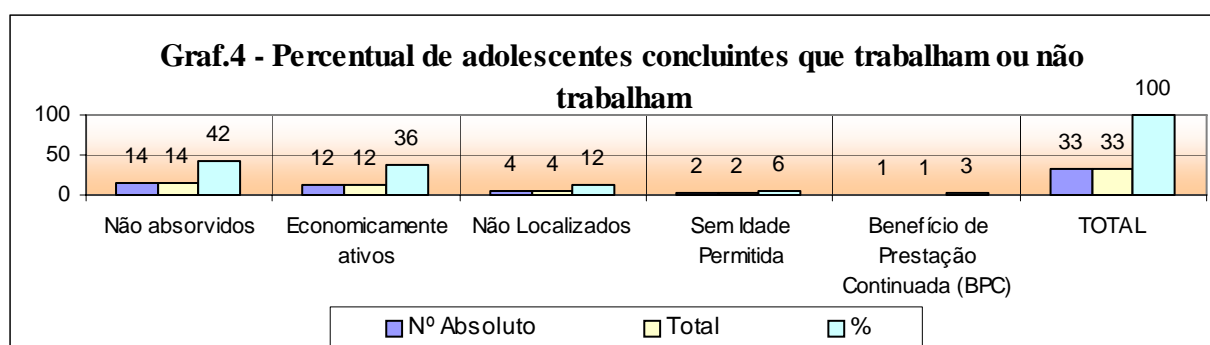


Gráfico 4 – Distribuição dos adolescentes economicamente ativos segundo inserção no setor formal ou informal da economia, 2006.

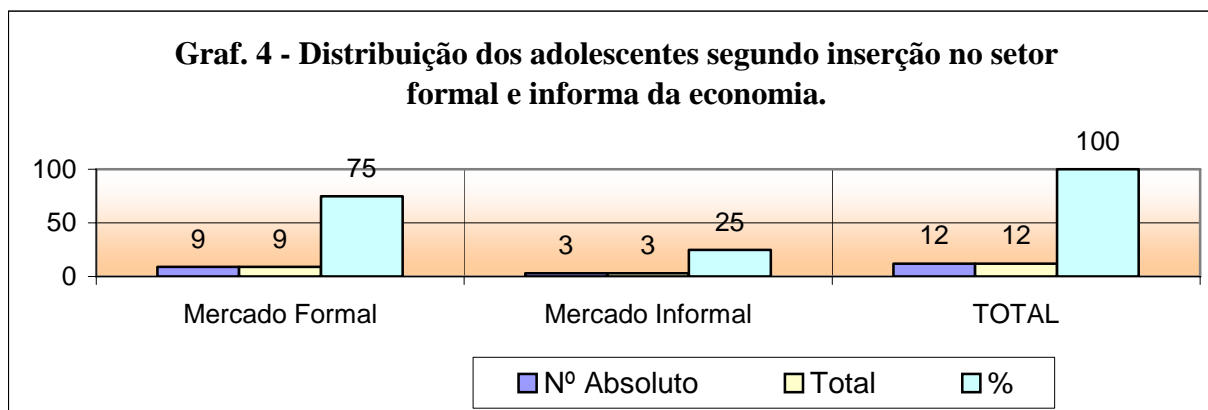


Gráfico 5 – Distribuição dos adolescentes que trabalham segundo ramo de atividade, 2006.

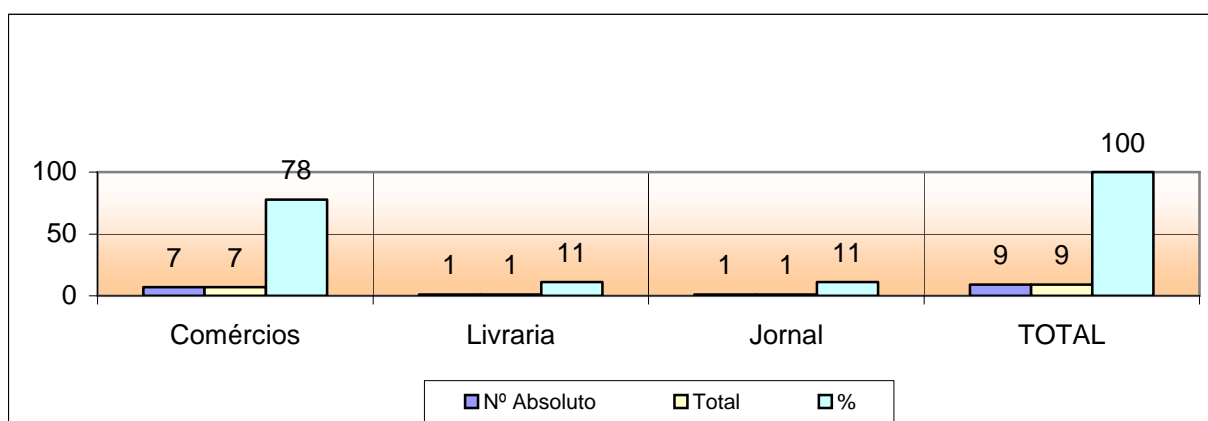
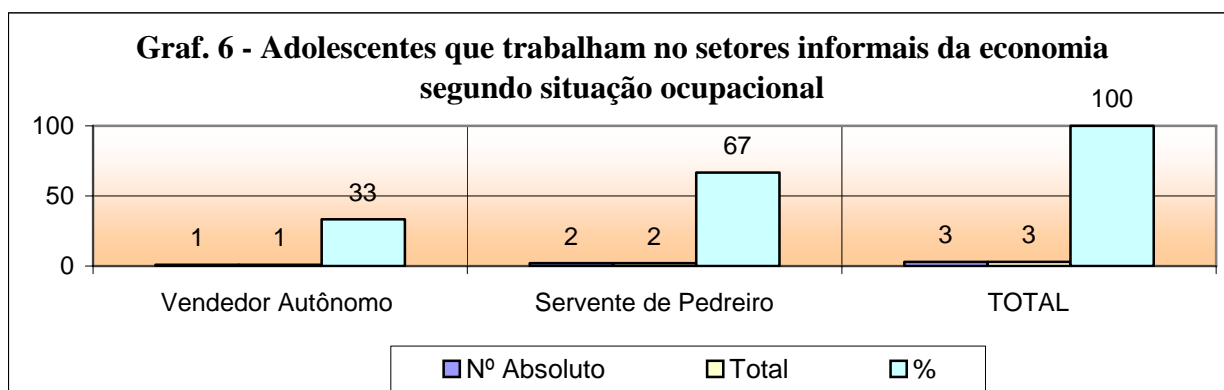


Gráfico 6 – Adolescentes que trabalham no setores informais da economia segundo situação ocupacional, 2006.



Discussão e Considerações Finais

Analisando os resultados obtidos pode-se evidenciar a importância do conhecimento da realidade dos egressos do projeto, o que permitirá à equipe um conhecimento real da contribuição das ações, tornando as intervenções mais adequada à realidade dos adolescentes.

Os resultados ofereceram, especificamente à assistente social, subsídio para replanejamento de suas intervenções no projeto, em função do melhor conhecimento quanto às condições de inserção no mercado de trabalho destes adolescentes e das reais necessidades e oportunidades a serem conhecidas e desenvolvidas.

O estudo também contribuiu para a verificação dos objetivos do projeto e para o mapeamento do núcleo de intervenção, sendo a região do Distrito de Rubião Júnior a de maior prevalência.

Em relação aos resultados obtidos, quanto a inserção no mercado de trabalho, verifica-se semelhança com outra pesquisa. Garbin e Santos (2004), descreveram que diversos são os ramos de atividades que empregam os adolescentes e os jovens, enfatizando que o comércio e serviços são os grandes contratadores.

Estas observações demonstram que ações desta natureza são de extrema relevância, porque estão contribuindo com a comunidade que se encontra ao redor do campus do HC/ Unesp, entretanto, são necessários novos parceiros para enfrentar os desafios que a vida cotidiana exige, através do estabelecimento de parcerias com os diversos autores sociais e comunitários da sociedade, todos contribuindo em habilitar e preparar os adolescentes para transpor esta fase da vida com qualidade e com possibilidade de exercício consciente e saudável de sua cidadania.

Referencia Bibliográfica

GARBIN, A C.; SANTOS, S. A S.; CARMO, J.C. Caracterização da situação estadual do trabalho de crianças e adolescentes no estado de São Paulo. In: GARBIN, A C.; SANTOS. **O Compromisso do SUS na Erradicação do Trabalho de Crianças e Controle do Trabalho de Adolescentes**. São Paulo: Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de São Paulo – CEREST, 2004. P.13-44.

Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Legislação Brasileira para o Serviço Social**: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) assistente social/ organização conselho Regional de Serviço Social do Estado de São Paulo, 9 Região 2002-2005). São Paulo: O Conselho, 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação da Saúde da Criança e do Adolescente. **Programa saúde do adolescente: bases programáticas**. 2.ed.rev. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. 32p.

